

16ª LEGISLATURA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, TECNOLOGIA, INFORMÁTICA,
COMUNICAÇÃO, TURISMO, CULTURA, DESPORTOS, MEIO AMBIENTE,
SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL.**

DATA: 27 DE ABRIL DE 2021

As dezessete horas do dia vinte e sete de abril do ano de dois mil e vinte e um, nas dependências da Câmara de Vereadores de Imbituba, foi realizada a 2ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Tecnologia, Informática, Comunicação, Turismo, Cultura, Desporto, Meio Ambiente, Saúde e Assistência Social, da Primeira Sessão Legislativa, da Décima Sexta Legislatura da Câmara Municipal de Vereadores de Imbituba. Dando por aberta a reunião, foi registrada a presença do Presidente da Comissão, Vereador Deivid Rafael Aquino, e do Vice-Presidente, Vereador Bruno Pacheco da Costa. Foi registrada a ausência do Vereador Roel Antonio Ruiz. Iniciando os trabalhos, o Presidente efetuou a leitura do Ato da Presidência nº 009/2021 que divulga a Ordem do Dia da presente reunião ordinária. Após a leitura do Ato da Presidência, o Presidente declarou aberta a Ordem do Dia e passou à discussão do **PL 5.329/2021** que dispõe sobre a divulgação da listagem de pessoas vacinadas contra a COVID-19 no Município de Imbituba e dá outras providências. O Presidente designou para relator o Vereador Bruno Pacheco da Costa que assim se manifestou em seu parecer: No que toca à questão legal-jurídica e orçamentária/financeira, o projeto já foi analisado pelas comissões pertinentes que se manifestaram favoráveis à tramitação do projeto, tendo em vista não haver impedimento legal para a sua aprovação, uma vez que o mesmo atende à legislação pertinente e está em conformidade com a constituição, bem como há previsão orçamentária para atender o programa Emergencial de Crédito Juro Zero - Turismo, cabendo, portanto, a esta comissão, a observância do mérito. Poucos setores da economia sofreram tanto com a pandemia quanto o do turismo. Aviões no solo, ônibus nas garagens, pousadas e hotéis fechados, eventos e atrações turísticas cancelados, pacotes turísticos suspensos foram as marcas de 2020. A perda de empregos no setor no Brasil é estimada em 1 milhão de vagas -incluindo funcionários diretos e indiretos (de outras empresas que prestam serviços relacionados à atividade). Levando em conta todo o setor, a crise econômica provocada pelas medidas de restrições para conter a covid-19 tiraram R\$ 261 bilhões do turismo em 2020, segundo dados da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). A crise provocada pela pandemia de covid-19 fez com o que o Turismo perdesse 35,5 mil estabelecimentos – com vínculos empregatícios – em 2020, de acordo com a Confederação Nacional de Bens, Serviços e Turismo (CNC). O saldo negativo corresponde à maior perda anual desde 2016, quando o Brasil ainda sofria os efeitos da recessão, e representa um recuo de 13,9% em relação ao total de unidades em operação no País, em 2019. A pandemia afetou estabelecimentos de todos os portes, mas os que mais sofreram perdas foram os micros (-19,28 mil) e pequenos (-11,45 mil) negócios. Juntos, eles responderam por 87% do total de pontos perdidos no último ano. Regionalmente, todas as unidades da Federação apresentaram redução do número de unidades ofertantes de serviços turísticos, com maior incidência em São Paulo (-10,9 mil), Minas Gerais (-4,1 mil), Rio de Janeiro (-3,7 mil) e Paraná (-2,6 mil). Portanto, essa grave crise econômico-sanitária provocou uma retração significativa na demanda por serviços não essenciais em 2020 e, o setor turístico foi um dos mais impactados, sendo que, infelizmente, não há, no momento, expectativas de reversão para o setor, no curto prazo. O município de Imbituba, a exemplo de quase todas as cidades do país, que tem como o turismo umas das principais fontes de sua economia, também sofre com a crise econômica-sanitária. Por isso, sensível ao fato e buscando reduzir o impacto dessa crise na rotina dos pequenos negócios, o município coloca à disposição dos

microempreendedores individuais, microempresas, empresas de pequeno porte, profissionais autônomos e empreendedores populares do setor turístico, através do Programa Emergencial de Crédito Juro Zero - Turismo Imbituba, acesso ao crédito com condições facilitadas de pagamento, mediante pagamento integral ou parcial de juros. Assim, em análise ao projeto, constatou-se que o mesmo é uma medida de socorro adotada pelo município ao setor turístico, visando reduzir o impacto nos pequenos negócios e preservando empregos e a renda de trabalhadores, através do acesso ao crédito em condições adequadas às condições de cada empreendimento. Neste sentido, voto favorável ao projeto no seu mérito por entender que o mesmo está revestido de grande interesse social. Em votação, o voto do relator pela aprovação do projeto foi acompanhado pelo Vereador Deivid Aquino. Dando continuidade à Ordem do Dia foi lido o Expediente de autoria Engenheiro José Pedro Francisconi Júnior, em que Requer à Comissão de Educação e Meio Ambiente que seja providenciada, em conjunto com a PMI, a correção da Lei Municipal Lei nº 4215/2013, com a devida regulamentação detalhada do instrumento previsto no Art. 2º “VII - sistema municipal de informações e cadastros ambientais”; Que a Câmara de Vereadores fiscalize a implantação do sistema de informações ambientais de Imbituba. Que a Câmara de Vereadores comunique o Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONSEMA) sobre a não implantação do sistema de informações ambientais em Imbituba. Após a leitura na íntegra do expediente foi deliberado no sentido de solicitar ao Presidente da Câmara de Vereadores, Vereador Humberto Carlos dos Santos, o envio de expediente ao Secretário de Meio Ambiente – SEMA, Secretário Marcelo Pinho Maciel, para que este se manifeste sobre o teor do ofício supracitado, esclarecendo se existe alguma providência em andamento a fim de implementar um sistema municipal de informações e cadastros ambientais. Não havendo nada mais a tratar, o Presidente encerrou a reunião e solicitou que fosse redigida a Ata da mesma.

Imbituba, 27 de abril de 2021

Deivid Rafael Aquino

Presidente da Comissão de Educação, Saúde e Assistência Social